

Apresentação

Introduction

Belchior Monteiro Lima Neto

Nas duas últimas décadas, o estudo acadêmico acerca do continente africano obteve grande relevância. Historiadores das mais diferentes especialidades elegeram a África como um objeto de pesquisa privilegiado. Em grande medida, tais fatos estão relacionados ao presente vivenciado pelos próprios pesquisadores. Atualmente, os trabalhos concernentes à África se consolidam na esteira da valorização da etnicidade negra no Brasil, o que está diretamente associado à ação e ao fortalecimento do Movimento Negro. Nos últimos anos, os historiadores redefiniram o papel e a participação dos africanos e de seus descendentes na história do país, propiciando um interesse crescente em relação à África e ao seu passado. Uma das mais visíveis consequências de tal fenômeno foi a própria implementação, nos currículos escolares e universitários, de uma nova disciplina: a da História da África.

No dossiê que ora se apresenta, tem-se o intuito de problematizar uma espacialidade e uma cronologia específicas da denominada História da África. O norte da África romano – aqui também incluído o Egito – é um dos ramos historiográficos em que os classicistas têm se mostrado mais produtivos. Na atualidade, diversos pesquisadores, com perspectivas as mais variadas, têm se debruçado sobre a África antiga, produzindo uma grande quantidade de dissertações, teses, artigos e livros. Buscamos, nesta edição de *Romanitas*, reunir uma pequena – mas representativa – amostra dessa diversidade de vieses de estudo, dando ênfase aos espaços urbanos e às relações de poder próprios do norte da África no período de dominação romana.

Apesar de recentes em nossa historiografia, as pesquisas acerca do norte da África romano iniciaram-se em fins do século XIX, influenciadas por uma temática bastante particular. Elas foram pautadas pelo contexto histórico de sua época, no qual o expansionismo imperialista das metrópoles europeias – particularmente da França, Itália, Alemanha e Inglaterra – procurava, no passado, um paralelo histórico e uma justificativa

para as suas ações colonizadoras. Para tanto, encontrou-se no Império Romano um campo propício para se legitimar a dominação na região norte-africana, ressaltando-se os benefícios da Civilização Romana e posicionando as potências europeias do período como herdeiras naturais da antiga Roma (HINGLEY, 2010, p. 28-34).

Esta corrente historiográfica, denominada pelos historiadores africanos pós-independência como “colonizada”, teve uma grande repercussão nas pesquisas acerca do norte da África na Antiguidade entre o final do século XIX e meados do XX, influenciando os objetos de estudo e as interpretações em relação ao período de supremacia romana na região.¹ Entre as contribuições mais relevantes trazidas por esta corrente historiográfica, a cunhagem do conceito de *romanização* foi sem dúvida a mais importante e a que mais fortuna obteve nos Estudos Clássicos.

O termo romanização foi utilizado, em primeiro lugar, como um modo de explicar os contatos entre os romanos e os povos por estes conquistados, dando ênfase ao processo de aculturação das populações autóctones, que assumiam os padrões estéticos, a língua, os costumes e os valores da cultura de seus conquistadores. Pressupunha-se que havia um desnível cultural entre os romanos e os outros, uma relação que levaria os pesquisadores a construir pares dicotômicos em que os primeiros eram vistos como os civilizados e os últimos como os primitivos (MENDES, 2007, p. 38-39).

Tal visão desconsiderava a autonomia dos agentes históricos frente aos processos sociais e culturais dos quais faziam parte, legando às populações locais uma posição de passividade diante do que era considerado culturalmente superior. O conceito de romanização se relacionaria a um processo em que o outro se civilizava na medida em que se tornava romano. Argumento este que se associava ao próprio discurso imperialista europeu da época, pois, assim como os romanos levaram a civilização aos povos primitivos conquistados, os ingleses, franceses, italianos e alemães, seus “descendentes”, também teriam como corolário a missão de proporcionar ‘cultura’ aos povos por eles subjugados.

A partir década de 1970, em decorrência dos movimentos de independência nacional no norte da África, a produção historiográfica tomou um novo rumo, com uma

¹ Pode-se citar como principais representantes dessa corrente historiográfica Boissier (1901), Cagnat (1909; 1913) e Haverfield (1906).

perspectiva que se autodenominava “descolonizada”.² Este novo viés acadêmico concentrava-se principalmente na resistência dos povos autóctones ao domínio romano, resgatando e valorizando os elementos nativos em contraposição ao precedente conceito de romanização. Procurou-se, à época, dar voz aos episódios de sublevação das populações locais à dominação estrangeira, enfatizando as resistências contínuas e organizadas tanto em nível militar quanto cultural. Tentou-se, também, demonstrar a imensa complexidade cultural da região, criticando-se a classificação generalizante dos povos nativos sob a designação de “berberes” ou “indígenas”. Como consequência destas inovações metodológicas, o termo romanização foi, neste momento, posto em xeque, visto como ideologicamente ligado aos ideais das antigas potências imperialistas europeias (BUSTAMANTE, 1999, p. 135-139).

Essa nova tendência historiográfica, como a sua predecessora eurocêntrica, também procurou encontrar, no passado, a antecipação da realidade histórica vivenciada no momento de sua produção. Não à toa, surgiram neste período tentativas de revalorização dos episódios de resistência local ao domínio romano e das características culturais dos povos norte-africanos na Antiguidade, elementos que se tornaram fundamentais para a própria construção das identidades nacionais dos recentes Estados independentes da região, como nos casos do Marrocos, da Argélia e da Tunísia.

Novos matizes historiográficos se apresentaram a partir da década de 1990.³ Os historiadores versados no norte da África romano começaram a criticar a dicotomia dos estudos históricos até então em voga, que ora valorizavam as influências romanas sobre a região ora enfatizavam a importância dos elementos nativos na construção da história local. Um bom exemplo do tipo de virada acadêmica em relação aos estudos clássicos acerca do norte da África seria a nova conotação dada ao conceito de romanização, visto agora por intermédio de uma perspectiva de mão dupla.

Muito embora tenha sido bastante questionado pela historiografia, o conceito de romanização, na falta de um substituto à altura que explique a relação entre os romanos e os demais povos, continua em uso. Contudo, o processo é agora entendido não mais como a transformação do nativo em um completo romano, tendo em vista ser isto

² Sobre tal perspectiva historiográfica “descolonizada”, ver Leveau (1978) e Bénabou (1978).

³ Acerca dos novos vieses historiográficos em relação ao conceito de romanização, ver Bustamante (1999, 2012); Mattingly (1996); Mendes (2001; 2008) e Millet (2003).

impossível – é impraticável o abandono de sua própria cultura em prol de outra –, mas do indivíduo autóctone que adquire algumas características pertencentes ao que se pode denominar de sociedade romana, sem necessariamente renunciar à sua. Por sua vez, os romanos eram incluídos nesta relação, já que eles, pelo contato com diferentes povos, também adquiriram elementos provinciais. Romanização é entendida, partindo-se deste viés, como um processo multifacetado em termos de significados e de mecanismos, iniciado nos contatos entre os padrões culturais romanos e a diversidade provincial, em uma dinâmica de negociação bidirecional (BUSTAMANTE; DAVIDSON; MENDES, 2005, p. 25).

Este novo significado atribuído ao conceito de romanização leva-nos a pensar no Império Romano como uma realidade culturalmente diversa, englobando uma ampla gama de povos, costumes e línguas. É por meio dessa lógica multicultural, dessa visão multifacetada da sociedade, dando ênfase à interação de diferentes culturas – dentre elas, a romana –, que pretendemos analisar as sociabilidades, os conflitos e as relações de poder existentes no ambiente urbano das cidades romanas no norte da África. Os artigos e a entrevista que compõem a atual edição de *Romanitas* têm em comum tal perspectiva, apresentando ao leitor uma África antiga complexa e plural, na qual atuavam variáveis culturais, políticas e religiosas as mais diversas.

Referências

- BENABOU, M. Les romains ont-ils conquis l’Afrique? *Annales*, Paris, v. 33, p. 83-88, 1978.
- BOISSIER, G. *L’Afrique romaine: promenades archéologiques en Algérie et en Tunisie*. Paris: Hachette, 1901.
- BUSTAMANTE, R. M. da C. Construção da história da África romana: historiografia “colonizada” x historiografia “descolonizada”. *História*, São Paulo, v. 17, p. 127-145, 1999.
- BUSTAMANTE, R. M. da C. África do norte no império romano: representações musivas de identidade e alteridade. *Anais do XV encontro regional de história*, São Gonçalo, 2012. Disponível em: <www.encontro2012.rj.anpuh.org/site/anaiscomplementares>. Acesso em: 10 jan. 2014.

- BUSTAMANTE, R. M. da C.; DAVIDSON, J.; MENDES, N. M. A experiência imperialista romana: teorias e práticas. *Tempo*, Niterói, v. 9, n. 18, p. 17-41, 2005.
- CAGNAT, R. *Carthage, Timgad et Tébessa: les villes antiques de l'Afrique du nord*. Paris: Librairie Renouard, 1909.
- CAGNAT, R. *L'armée romaine d'Afrique et l'occupation militaire sous les empereurs*. Paris: Leroux, 1913.
- HAVERFIELD, F. *The romanization of roman Britain*. Oxford: Oxford University, 1906.
- HINGLEY, R. O legado de Roma: ascensão, declínio e queda da teoria da romanização. In: HINGLEY, R. *O imperialismo romano: novas perspectivas a partir da Bretanha*. São Paulo: Annablume, 2010, p. 27-48.
- LEVEAU, P. La situation coloniale de l'Afrique romaine. *Annales*, Paris, v. 33, p. 89-92, 1978.
- MATTINGLY, D. From one colonialism to another: imperialism and the Maghreb. In: COOPER, N.; WEBSTER, J. (Eds.). *Roman imperialism: post-colonial perspectives*. Leicester: University of Leicester, 1996, p. 49-69.
- MENDES, N. M. Romanização e as questões de identidade e alteridade. *Boletim do CPA*, Campinas, n. 11, p. 25-42, 2001.
- MENDES, N. M. Império e romanização: estratégias, dominação e colapso. *Brathair*, São Luis, n. 7, p. 25-48, 2007.
- MENDES, N. M. Romanização: a historicidade de um conceito. In: CAMPOS, A. P. *et al. Os impérios e suas matrizes políticas e culturais*. Vitória: Flor e Cultura, 2008, p. 37-52.
- MILLET, M. *The romanization of Britain*. Cambridge: Cambridge University, 2003.